

Convite à apresentação de Proposta

(Artigo 115º do Código dos Contratos Públicos)

**Aquisição de energia elétrica para o Município de Sátão,
ao abrigo do acordo quadro AQ_CPI_03/2022 da CIM Viseu Dão Lafões,
“Fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre”
Lote 2 - Baixa Tensão Especial (BTE) e Lote 3 - Média Tensão (MT)**

1 – Disposições Gerais

- 1.1 - A entidade adjudicante é o Município de Sátão, NIF 506882713, sito Praça Paulo VI, 3560-154 Sátão, com os seguintes contactos: Telefone: 232980000, Fax: 232982093, e-mail: geral@cm-satao.pt.
- 1.2 - A Decisão de Contratar foi tomada pelo Exmo Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Alexandre Manuel Mendonça Vaz, por despacho com data de 02/12/2024.
- 1.3 - O presente convite é efetuado ao abrigo do acordo-quadro da CIM Viseu Dão Lafões para fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre - BTE e MT, nos termos do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aplicando-se-lhe, em tudo o que não estiver especialmente regulado, as disposições do Caderno de Encargos do acordo-quadro referido.

2 - Prazo de vigência do contrato e locais de abastecimento da energia

O fornecimento da energia será efetuada nos locais previstos nos anexos I e II, para um período de 13 (treze) meses.

3- Idioma da Proposta

Os documentos que constituem a proposta, bem como os documentos de habilitação, devem ser redigidos em língua portuguesa. Quando pela própria natureza ou origem, os documentos estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

4- Documentos da proposta

4.1 A proposta deverá ser elaborada e acompanhada, obrigatoriamente, pelos documentos constantes das alíneas a), b), e c) do nº 1 do artigo 57º do CCP:

- Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do Código dos Contratos Públicos (CCP) e assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- Proposta de preços unitários de energia ativa, indicados até à quarta casa decimal, e estimativa do preço total, por preenchimento do anexo IV;
- Certidão permanente da empresa ou código de acesso;
- documento que revele o poder de representação e a assinatura do assinante;
- outros elementos considerados relevantes para a apreciação da mesma.

4.2 Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, designadamente a certidão do registo comercial (ou código de acesso) ou procuração.

5- Prazo de manutenção da proposta

Os concorrentes, nos termos do artigo 65º do CCP, ficam obrigados a manter as respetivas propostas durante um período de 66 dias, contados do termo do prazo fixado para apresentação da proposta.

6- Prazo para entrega da proposta

Com respeito pelos limites mínimos estabelecidos no CCP, o prazo para entrega das propostas será de 5 dias úteis, a partir da data do convite.

7- Modo de apresentação da proposta

A proposta bem como todos os documentos que a acompanham devem ser entregues através da plataforma eletrónica de compras públicas, sita em www.acingov.pt, através do meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

8- Propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

9- Negociação

As propostas não serão objeto de negociação.

10- Prestação de Caução

Nos termos da al. a) do nº 1 do artigo 88º, não é exigida a prestação de caução.

11- Esclarecimentos

11.1 Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta através da plataforma eletrónica da acingov.

11.2 Aos esclarecimentos sobre as peças do procedimento será aplicado o prescrito no artigo 116º do CCP.

11.3 A competência para prestar os esclarecimentos solicitados caberá ao júri do procedimento.

12- Critério de Adjudicação

12.1 - A adjudicação será feita de acordo com alínea b) do nº1 do art. 74 do CCP, critério da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade de “monofator”, designadamente o preço.

O preço mais baixo será determinado pela aplicação dos valores unitários do custo da energia, apresentados pelos concorrentes, aos perfis de consumos apresentados no anexo IV, acrescidos das diversas taxas e tarifas associadas aos consumos e instalações, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e consequentemente não levadas à concorrência.

12.2 No caso de empate entre duas ou mais propostas no Lote 2 - BTE, a diferenciação das mesmas, para efeitos da sua hierarquização e subsequente adjudicação, efetuar-se-á por referência ao preço unitário mais baixo proposto no Anexo IV para o artigo seguinte: consumos em BTE – Baixa Tensão Especial – Energia Ativa – Horas cheias. No caso de empate entre duas ou mais propostas no Lote 3 - MT, a diferenciação das mesmas efetuar-se-á por referência ao preço unitário mais baixo proposto no Anexo III para o artigo: consumos em MT – Média Tensão – Energia Ativa – Horas cheias.

Se porventura subsistir empate, recorrer-se-á a sorteio.

13- Preço base

O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações, são os valores unitários expressos para o preço da energia ativa, disponibilizados no anexo IV do Caderno de Encargos, considerando o perfil estimativo de consumos apresentado no referido anexo, incluindo todas as taxas e tarifas legalmente exigíveis por lei.

14- Documentos de habilitação

14.1 O adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas **b), d), e) e h)** do art.º 55.º do CCP.
- c) Licença de comercialização de eletricidade válida em Portugal Continental.
- d) Número de identificação pessoal e número de identificação fiscal da(s) pessoa(s) que intervém(êm) no contrato.
- e) Indicação de gestor de contrato e respetivos contactos: e-mail e telefone.
- f) Registo no Registo Central de Beneficiário Efetivo.

14.2 Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um prazo adicional de 2 (dois) dias úteis destinados ao seu suprimento.

15 - Celebração do contrato

15.1 O contrato a celebrar será reduzido a escrito, sendo a respetiva minuta, depois de aprovada pelo órgão competente, notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação.

15.2 Em tudo o não especificado no presente convite, aplicam-se as disposições constantes do CCP, bem como as disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, de acordo com a natureza da aquisição de bens aqui em causa.

O Presidente da Câmara



(Dr. Alexandre Manuel Mendonça Vaz)